

Manual
Acordo Quadro

**ACORDO QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
E FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS DE HIGIENE E LIMPEZA**

Índice

I - Capítulo I – Enquadramento	3
1. Introdução	3
2. Acordo quadro.....	3
3. Consulta das condições apuradas no Acordo Quadro.	3
4. Obrigações das entidades fornecedoras	4
5. Obrigações das entidades adquirentes	5
6. Obrigações da CIM Viseu Dão Lafões	6
7. Monitorização da execução dos Acordos Quadro.....	6
II - Capítulo II – Procedimentos Aquisitivos.....	7
1. Acordo quadro para prestação de serviços e fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza.....	7
2. Preços dos serviços.....	7
3. Procedimento Aquisitivo.....	8
4. Negociação e avaliação das propostas dos cocontratantes	9
5. Adjudicação	10
6. Motivos de resolução do acordo quadro	10
7. Relatórios de Gestão	10

I - Capítulo I – Enquadramento

1. Introdução

A Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, foi constituída como normas habilitantes a alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de Outubro. Pretende contribuir para a racionalização da despesa, desburocratização e simplificação de processos das entidades aderentes.

Os acordos quadros são, portanto, uma das prioridades de actuação da Central de Compras como forma de facilitar o processo de compra e promover a competitividade local e nacional.

2. Acordo quadro

O Código de Contratos Públicos define “acordo quadro” no art. 251º:

“Acordo quadro é um contrato celebrado entre uma ou várias entidades adjudicantes e uma ou mais entidades, com vista a disciplinar relações contratuais futuras a estabelecer ao longo de um determinado período de tempo, mediante a fixação antecipada dos respectivos termos.”

Ou seja o acordo quadro tem natureza contratual e não tem por fim adquirir bens móveis ou serviços. Pretende regular contratos de aquisição de bens móveis e serviços que, no futuro, venham a ser celebrados de acordo com as regras previamente fixadas nesse acordo, que nunca pode ter duração superior a quatro anos, incluindo respectivas prorrogações.

3. Consulta das condições apuradas no Acordo Quadro.

As condições **mínimas** de fornecimento de bens móveis ou serviços contratados ao abrigo dos acordos quadro encontram-se disponíveis na área reservada do site da Central de Compras, no respectivo relatório final do procedimento ou anexo resumo, **não representando condições ou preços finais.**

As entidades adquirentes deverão negociar as condições indicadas de forma a obter melhores condições de fornecimento em função do perfil que apresentam.

4. Obrigações das entidades fornecedoras

Nos termos do art. 6º do Caderno de Encargos, e sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável e nas peças do presente procedimento, constituem, entre outras, obrigações das entidades cocontratantes:

- a) Apresentar proposta válida a todos os convites efetuados pela entidade agregadora ou por qualquer entidade adquirente para o lote ou lotes para os quais foram selecionadas, no âmbito do presente acordo quadro, respeitando os termos dos convites e o disposto no presente Caderno de Encargos. A proposta é considerada válida quando cumpra as regras definidas no presente caderno de encargos e demais legislação em vigor, designadamente o Código dos Contratos Públicos;
- b) Prestar os serviços e/ou fornecer os bens às entidades adquirentes, nos locais por estas definidos, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, os requisitos técnicos mínimos e níveis de serviço mínimos definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- c) Não alterar as condições de prestação dos serviços e/ou fornecimento de bens fora dos casos previstos no artigo 16.º do presente caderno de encargos;
- d) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e outros que entenda necessários e adequados à prestação dos serviços e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
- e) Comunicar antecipadamente às entidades agregadoras e adquirentes os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço e/ou fornecimento de bens objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
- f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação do serviço, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Comunicar às entidades adquirentes a nomeação do gestor de cliente responsável pelos

contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;

- h)** Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes à prestação de serviços e/ou fornecimento de bens contratados, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- i)** Manter atualizados todos os documentos de habilitação, entregando-os, quer à CIM Viseu Dão Lafões, quer às entidades adquirentes sempre que solicitados;
- j)** Disponibilizar, sempre que solicitado pela CIM Viseu Dão Lafões, as declarações de Informação Empresarial Simplificada (IES), ou equivalente, quando entidade estabelecida fora do território nacional, devidamente validada pelos Serviços da Administração Fiscal competente;
- k)** Remunerar a CIM Viseu Dão Lafões nos termos do artigo 36.º do presente Caderno de Encargos;
- l)** Manter sigilo e garantir a confidencialidade;
- m)** Entregar, sempre que solicitado pela CIM Viseu Dão Lafões ou pelas entidades adquirentes, comprovativos de licenças legalmente exigíveis para o exercício da atividade bem como as certificações, correspondente ao lote para o qual foi selecionado;
- n)** Disponibilizar, sempre que solicitado pela CC-CIM Viseu Dão Lafões, declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados ao abrigo do presente acordo quadro;

5. Obrigações das entidades adquirentes

Nos termos do art. 14º do Caderno de Encargos, constituem, entre outras, obrigações das entidades adquirentes:

- a)** Celebrar os contratos de prestação de serviços e/ou fornecimento com as entidades cocontratadas, sempre que tal considerem necessário;
- b)** Monitorizar a prestação de serviços no que respeita ao cumprimento dos requisitos técnicos mínimos e níveis de serviços mínimos definidos no presente Caderno de Encargos, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- c)** Comunicar, em tempo útil, à CIM Viseu Dão Lafões os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato de prestação de serviços e/ou fornecimento e

reportar os resultados da monitorização; e,

- d) Facultar toda a informação relativa às adjudicações realizadas ao abrigo do acordo quadro, até 10 (dez) dias úteis após a sua realização ou sempre que lhes seja solicitado pela CIM Viseu Dão Lafões.
- e) Transmitir à CIM Viseu Dão Lafões, com a periodicidade definida por esta, a informação agregada relativa aos contratos celebrados ao abrigo do presente acordo quadro.

A informação referida na alínea d) do número anterior deve ser enviada através de relatórios de contratação, elaborados em conformidade com o modelo a disponibilizar pela CC-CIM Viseu Dão Lafões.

6. Obrigações da CIM Viseu Dão Lafões

Nos termos do art. 15º do Caderno de Encargos, constituem, entre outras, obrigações da CIM Viseu Dão Lafões:

- a) Celebrar, gerir e atualizar o acordo quadro respeitante à prestação de serviços e/ou fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza;
- b) Acompanhar e promover a adoção do acordo quadro;
- c) Monitorizar a qualidade da prestação de serviços e/ou fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza e, quando necessário, intervir na aplicação de sanções; e,
- d) Fornecer às entidades adquirentes, a requerimento destas, elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor execução das prestações compreendidas no objeto dos contratos de prestação de serviços e/ou fornecimento.

7. Monitorização da execução dos Acordos Quadro

A monitorização da execução dos acordos quadro e das correspondentes aquisições realizadas ao seu abrigo, é efetuada através de relatórios de gestão com a informação prestada pelos fornecedores relativamente ao valor e quantidade de bens e serviços fornecidos e através da informação relativa aos fornecimentos efetuados transmitida pelas entidades aderentes.

O incumprimento dos níveis de serviço acordados, em particular o envio dos relatórios de gestão, confere às entidades adquirentes o direito a serem indemnizadas através da aplicação de sanções pecuniárias.

O não recebimento dos relatórios de gestão, ou a não aceitação dos mesmos, devidamente fundamentada, pela entidade adquirente, tem por efeito suspender os pagamentos das faturas em dívida até à regularização da situação em causa, sem prejuízo da aplicação das sanções a que houver lugar.

II - Capítulo II – Procedimentos Aquisitivos

1. Acordo quadro para prestação de serviços e fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza

O acordo quadro estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas para a prestação de serviços e fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza pelas entidades adquirentes, estando previstos três lotes:

- a)** Lote 1 – Prestação de serviço de higiene e limpeza;
- b)** Lote 2 – Fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza;
- c)** Lote 3 – Prestação de serviço de higiene e limpeza com fornecimento de consumíveis;

Foram selecionadas, para cada um dos lotes, as 8 entidades que apresentaram o melhor preço para a prestação do serviço e fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza e que comprovaram cumprir todos os requisitos de prestação de serviço e níveis de serviço previstos.

O acordo quadro tem a duração de 24 meses, a contar da data da sua entrada em vigor, e considera-se automaticamente renovado por períodos de 12 meses se nenhuma das partes o denunciar. O prazo máximo de vigência do acordo quadro, incluindo renovações, é de 36 meses.

Os contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro têm a duração máxima de 24 meses e podem produzir efeitos para além da vigência do acordo quadro.

2. Preços dos serviços

Os preços obtidos no acordo quadro correspondem aos preços **máximos** que podem ser prestados os serviços pelas entidades prestadoras de serviços, **devendo as entidades adquirentes procurar obter condições mais vantajosas junto dessas entidades.**

A formação do preço dos serviços e fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza e segurança objeto do presente acordo quadro resulta da aplicação dos preços apurados na sua consulta efetuada pela entidade adquirente.

No acordo quadro, o preço dos serviços e fornecimento de consumíveis de higiene e limpeza é apresentado por lote, compreendendo diversos componentes e realidades, consoante o tipo de serviço pretendido.

3. Procedimento Aquisitivo

Nos termos art. 259º do Código dos Contratos Públicos a contratação ao abrigo do acordo quadro pelas entidades adquirentes é efetuada através de convite a todos os cocontratantes de acordo quadro que reúnam as condições necessárias para executar as prestações objeto do contrato.

No convite as entidades adquirentes apresentarão o seu perfil de necessidade, por lote, em função das realidades locais.

O convite deverá ser circunscrito:

- Aos termos do acordo quadro que se encontravam insuficientemente especificados, de forma a concretiza-los, desenvolve-los ou complementa-los.
- Aos aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência apenas para efeitos do procedimento de formação do contrato a celebrar ao seu abrigo, ou seja, aspetos não contemplados para efeitos do procedimento de formação do acordo quadro, embora tenham de ser identificados no respetivo caderno de encargos enquanto aspetos a submeter à concorrência posterior.

A entidade adquirente responsável pelo convite poderá negociar as condições propostas pelos cocontratantes selecionados, efetuando a adjudicação ao que, após essa eventual negociação, apresente a proposta mais vantajosa com base nos critérios de adjudicação definidos, ou, no caso de apenas existir um cocontratante selecionado a entidade poderá fixar o preço base de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, devendo para tal considerar, entre outros aspetos, as

disponibilidades orçamentais, os preços de mercado bem como requisitos e especificações técnicas do bem ou serviço a adquirir

O convite deverá fixar prazo para apresentação das propostas, não inferior a 5 dias, podendo a entidade adquirente recorrer à negociação através do leilão eletrónico, nos termos do CCP, para melhorar as condições propostas pelos concorrentes.

4. Negociação e avaliação das propostas dos cocontratantes

A entidade agregadora, responsável pela consulta, deverá negociar as propostas apresentadas pelas entidades prestadoras de serviços.

A adjudicação é feita segundo os seguintes critérios:

- i. Proposta do mais baixo preço;
- ii. Proposta economicamente mais vantajosa.

A adjudicação segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa tem em conta os seguintes fatores:

- i. Preço com ponderação mínima de 60% (sessenta por cento);
- ii. Qualidade do serviço;

Na avaliação do fator preço, previsto em i) do n.º 2 do presente artigo, a entidade adquirente poderá incluir ponderadores para os diversos preços unitários, de acordo com o seu perfil de consumo, entre outros.

Para efeitos da avaliação da qualidade do serviço, previsto em ii) do n.º 2 do presente artigo, poderá ser valorizado:

- i. Mecanismos de controlo de qualidade, designadamente a adequação dos processos, dos meios de limpeza e dos produtos propostos à realidade da entidade adquirente;
- ii. Frequência de supervisão para o lote 1 e 3;
- iii. Certificações que possibilitem melhor adequação funcional da oferta face à necessidade da entidade adquirente, entre outros;

- iv. Valoração de propostas que destaquem aspectos de natureza ambiental, nomeadamente a utilização de materiais certificados, ecológicos ou reciclados, utilização de produtos com rotulagem ecológica, utilização de equipamentos com maior eficiência energética bem como a recolha e reciclagem dos resíduos.

5. Adjudicação

As entidades adquirentes atribuirão a prestação do serviço ao cocontratante que, após a negociação referida, apresente a melhor proposta com base nos critérios de adjudicação anteriores e com as ponderações por si definidas.

As entidades adquirentes devem comunicar à entidade prestadora de serviço todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado, não comunicada a rejeição bens e dos serviços, consideram-se os mesmos aceites.

6. Motivos de resolução do acordo quadro

A entidade adquirente pode exercer o direito à resolução do contrato, nas seguintes situações:

- a) Não satisfação das especificações técnicas dos serviços conforme legislação em vigor;
- b) Não satisfação dos níveis de serviço conforme expresso no presente caderno de encargos e nos contratos de aquisição;
- c) Ocorrência de dois incidentes durante a vigência dos acordos quadro e dos contratos de aquisição, dos quais resultem danos materiais e/ou humanos por causa imputável à entidade prestadoras de serviços;
- d) Insolvência, liquidação, cessação de atividade ou qualquer outra situação análoga resultante de um processo de idêntica natureza;
- e) Incumprimento, por parte do prestador de serviços, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- f) Falsas declarações.

7. Relatórios de Gestão

É obrigação dos fornecedores produzirem e enviarem relatórios de toda a faturação efetuada no âmbito de contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro para que as entidades adquirentes e a

Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões possam monitorizar o detalhe da faturação ao longo da execução do contrato.

Os relatórios de faturação são enviados até 15 dias após o final do semestre do ano civil a que digam respeito, em formato eletrónico a definir pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

O não envio dos relatórios ou a existência de erros nos mesmos que não permitam a monitorização da faturação, tem um efeito suspensivo no pagamento das faturas em dívida até à regularização da situação em causa.

Para efeitos do disposto no número anterior o fornecedor deve ser previamente notificado para, num prazo não superior a 5 dias, emitir o relatório em falta ou corrigir a informação em falta no relatório enviado.